

STRONG ESAGS – ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Guilherme Zoldan Garcia

Inserção LGBT no mercado de trabalho no Brasil: Uma análise sobre a discriminação.

Santo André

2020

Guilherme Zoldan Garcia

Inserção LGBT no mercado de trabalho no Brasil: Uma análise sobre a discriminação.

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do grau de Bacharel em Economia, à Escola Superior de Administração e Gestão – STRONG ESAGS

Orientador: Prof. Me. Raphael Bicudo

Santo André

2020

Agradeço a minha família que tanto me apoiou nessa jornada e também agradeço a todos os Educadores que tornaram essa trajetória acadêmica grande marco para meu desenvolvimento intelectual e como pessoa.

“A libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade.”

(Donna Haraway em “Manifesto Ciborgue” de 1985)

Resumo: O presente artigo acadêmico tem como objetivo contextualizar e compreender a questão da inclusão do indivíduo LGBT na sociedade, passando pela história da humanidade e também pelas dificuldades e desafios que existem e são impostos no que se refere ao seu entendimento. Entender de forma universal um país das dimensões do Brasil, com seus imensos problemas sociais e econômicos, é uma tarefa árdua que ainda está em vias de ser consolidada, a despeito do caráter impositivo que essa questão tem sido tratada em nossos dispositivos constitucionais. O foco será demonstrar a situação econômica e social destes indivíduos e mais precisamente no nosso país, e propor um melhor entendimento que cumpra satisfatoriamente as prerrogativas desse artigo.

Palavras-chave: LGBT, Discriminação, Preconceito, Economia

Sumário

Introdução	6
Objetivos e Metodologia	8
A construção do Mercado de Trabalho	9
Mercado de Trabalho no Brasil: Perspectiva Histórica	15
A Questão LGBT	20
A Questão de Gênero	24
LGBT e Brasil, uma análise econômica	25
Considerações Finais	29
Bibliografia	32

Introdução

Um dos principais aspectos de nosso país é o foco social que seus legisladores e gestores públicos adotaram, na Constituição Federal Cidadã de 1988 é nítida a escolha por uma abordagem integral e impessoal no que se diz a tutela social dos indivíduos. O Grupo de pessoas denominado LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) continua mesmo hoje, trinta anos após a redemocratização e a Constituição Federal, sendo alvo de discriminação de diversas formas, cada indivíduo de acordo com suas características e distinções sociais. Um dos aspectos mais importantes dessa discriminação é a dificuldade destes para acessar o mercado de trabalho, o que cria barreiras econômica para que esses indivíduos possam se desenvolver e ter pleno gozo de sua potencialidade. Em estudo sobre os impactos econômicos negativos da discriminação LGBT, diz Badgett em suas considerações:

“The costs to the economy of these forms of exclusionary treatment include lost labor time, lost productivity, underinvestment in human capital and the inefficient allocation of human resources through discrimination in education and hiring practices. The decreased investment in human capital and suboptimal use of human resources in turn would reduce economic output and growth at the level of the overall economy in a direct causal way.”

Para podermos compreender este fenômeno, precisamos compreender primeiramente o contexto a que ele acontece. O começo da sociedade moderna pode se considerar no período renascentista, o domínio da burguesia na Europa mudou profundamente a sociedade, abrindo caminho para se construir uma sociedade que têm sua dinâmica em volta da economia.

Foi apenas no final do século XX e no começo do século XXI que vimos no seu cerne um real avanço social no que diz respeito a diminuição da desigualdade social e um, mesmo que pequeno, crescimento econômico da população como um povo

independente e produtivo. Em seu livro “Aprendendo a pensar com a sociologia” Bauman (1990) diz “O mercado prospera na desigualdade da renda e da riqueza, mas não parece reconhecer posições sociais. Todos os veículos da desigualdade são negados, menos a etiqueta de preço. ” Tais avanços foram importantes para a conquista de uma identidade cultural mais sólida e uma visão de futuro, que viria a se esvaír anos depois, por vista da população que nunca teria acontecido no país.

Somente nos primeiros anos do século XXI, antes da crise econômica de 2008, pudemos perceber uma mudança de fato na sociedade brasileira, com a diminuição da desigualdade e da pobreza, e um aumento geral da riqueza, puxados pelo aumento do preço das *commodities*. Nos últimos anos de crise, ainda percebemos uma movimentação geral da economia, tendo em vista recentes avanços tecnológicos como a internet, em direção a uma economia mais descentralizada e com novos paradigmas, a chamada Indústria 4.0. Segundo Baltar (2015)

“A reativação do mercado de trabalho foi um dos principais determinantes da relativa melhora na condição socioeconômica da população brasileira, desde que o prolongado boom internacional de commodities passou a favorecer o desempenho econômico dos países em desenvolvimento dotados de recursos naturais.”

Dentro desse aspecto de crescente, mas lenta, inclusão social, a população LGBT tem se tornado foco da atenção da mídia, das pessoas e de estudos acadêmicos. É notável o aumento da preocupação das pessoas em todas as culturas quanto a essa questão, rumo a sociedades inclusivas que consigam ter paz social mesmo em suas minorias. É necessário um grande esforço para que essas pessoas sejam devidamente incluídas na sociedade de forma ampla e possamos caminhar sempre em busca do bem estar comum.

As questões referentes aos efeitos diretos da discriminação e dos preconceitos se tornaram matérias de amplo estudo e discussão na sociedade. Apesar de ser de grande importância a inclusão desses indivíduos de forma integral na sociedade, diversas são as barreiras que existem para que o Indivíduo LGBT possa exercer de forma completa sua cidadania e suas potencialidades pessoais e econômicas.

Tendo em vista tal demanda social, esse trabalho visa, a partir da revisão bibliográfica do tema, compreender de forma mais assertiva a matéria proposta, para conseguirmos contribuir para a discussão e avançar rumo a uma sociedade mais inclusiva e liberal.

Objetivos e Metodologia

Para este estudo foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre os aspectos gerais da questão LGBT na semiótica da população, buscando por artigos científicos publicados no Brasil e no exterior. Foram pesquisados livros e artigos sobre a história econômica do mundo e do Brasil e bibliografia especializada. Para maior entendimento do assunto, buscamos artigos que abordassem de forma sistêmica e econômica a matéria proposta.

A partir da discussão entre os autores e a contextualização econômica e social de todos os fatores, se procurou buscar a discussão teórica sobre os aspectos sociais e econômicos envolvendo o tema escolhido no âmbito pessoal de cada um. E a partir dos resultados se buscou encontrar uma visão para o futuro e tirar preocupações gerais que a sociedade em geral pode começar a sentir nas próximas décadas.

São objetivos gerais compreender e discorrer sobre a questão da inclusão dos indivíduos LGBT no mercado de trabalho. São objetivos específicos conseguir compreender a formação desse grupo de indivíduos, as considerações acadêmicas feitas até o momento e a situação desse grupo na sociedade, tal como estabelecer uma linha clara de compreensão de economia e da sociedade a ponto de conseguir contextualizar as questões estudadas.

A construção do Mercado de Trabalho

No período renascentista, com a burguesia no poder da Europa o comércio e a expansão marítima se tornou um dos maiores objetivos do Estado, organizados agora de forma mais burocrática e com exército formado e bem estruturado, agora a tributação se estabeleceu como forma definitiva para o desenvolvimento da sociedade para bem das elites e das forças dominantes economicamente falando, pela primeira vez na história temos agora uma sociedade formada em torno da atividade comercial e com os detentores das forças econômicas intrinsecamente ligados ao poder, manipulando para sua manutenção.

Mises discorria bastante sobre a teoria econômica, em seu livro “Ação humana” ao tentar analisar o pensamento e atitudes econômicas do mercado e das indústrias, e o que está ligada a elas, ele discorreu:

“Os ricos, os proprietários das fábricas que já estão em operação, não têm um interesse específico na manutenção do mercado livre. Embora não desejem que suas fortunas sejam confiscadas ou expropriadas, são favoráveis a medidas que os protejam de novos competidores. Aqueles que defendem a livre iniciativa e o livre mercado não defendem os interesses dos que são ricos hoje. Ao contrário, querem que seja aberta a possibilidade para homens desconhecidos – os empresários de amanhã – usarem sua habilidade e engenho, proporcionando, desta forma, uma vida mais agradável para as gerações vindouras. Querem que se mantenha aberto o

caminho para maior progresso econômico. São eles que formam a verdadeira vanguarda do progresso. ” (Mises, 1949)

Nessa época surgiram os primeiros pensadores econômicos com ideias liberais. A ideia principal do liberalismo como foi apresentado por suas ideias clássicas era que, ao se diminuir o Estado às suas funções básicas, e deixando as pessoas e atividades econômicas funcionando livremente a seu prazer, a riqueza iria assim prosperar e tomar para si todas as necessidades humanas, fazendo com que a sociedade em si se regulasse e cumprisse com todas as necessidades dos seus habitantes de forma natural.

Sobre a origem do capitalismo como o conhecermos hoje fala Mises (1979):

“Dentre aqueles párias, aqueles miseráveis, surgiram pessoas que tentaram organizar grupos para estabelecer pequenos negócios, capazes de produzir alguma coisa. Foi uma inovação. Esses inovadores não produziam artigos caros, acessíveis apenas às classes mais altas: produziam bens mais baratos, que pudessem satisfazer as necessidades de todos. E foi essa a origem do capitalismo tal como hoje funciona. Foi o começo da produção em massa – princípio básico da indústria capitalista. ”

Marianna Borges fala uma visão diferente sobre a dinâmica entre produção e as pessoas:

“Não é a produção em si que melhora a vida do sujeito. O que a melhora é a representação da sociedade em relação ao sujeito, e a posição que ele ocupa na estrutura social, uma vez que no seio de um modo capitalista de produção, o indivíduo que não produz é um pária. ” (Borges, 2007)

Assim como a burguesia da época gerava riqueza para si própria, as pessoas em geral iriam se tornar pequenos burgueses e desenvolver suas próprias funções econômicas, e as que não conseguissem iriam trabalhar livremente para aqueles que escolhessem trabalhar, ganhando seu sustento devido, assim a riqueza seria naturalmente dividida e todos teriam suas necessidades supridas.

Sobre essa época fala Piketty (2013):

“O que se observa nos anos 1870-1914 é tão somente uma estabilização da desigualdade em nível extremamente elevado, e, em certos casos, é possível identificar uma espiral de disparidade acompanhada de concentração progressiva da riqueza. ”

Porém, nessa mesma linha de raciocínio, fala Mises (1987) “às vésperas da Grande Guerra, o trabalhador da indústria nas nações europeias, nos Estados Unidos e

em possessões inglesas d'além-mar, vivia melhor e mais prazerosamente do que um nobre de não muito tempo atrás”.

Com a revolução industrial veio a solidez do Estado e a superburocratização de todas as organizações. Ao mesmo tempo que agora o Estado estava totalmente sólido, com regras claras, protegido por Leis praticamente imutáveis e eficazes para seus fins, as grandes indústrias tinham seu poderio e organização também definidos. O emprego de jornadas longas de trabalho para todas as pessoas, sendo homens, mulheres ou crianças, e a necessidade de todas as empresas de aumentarem seu lucro para conseguirem ter assim sua força diante o mundo feroz que ali se abria trouxe à tona a necessidade da seguridade social e as ideologias de maior cunho social, se via agora a necessidade de uma força estatal para proteger as pessoas, que agora estavam totalmente desprotegidas e atadas diante do mundo mais do que antes. Sobre tal fala Bauman (2007):

“E encaremos a verdade: mesmo que as novas regras do jogo do mercado prometam um aumento na riqueza total da nação, também tornam virtualmente inevitável a crescente lacuna entre aqueles que permanecem no jogo e os que são deixados de fora.”

Pensadores mais modernos econômicos começaram a adicionar ao cálculo estatal agora seguridade social e previdência, uma pessoa que ficasse doente ou se machucasse teria de ter onde ir, e o meio privado de produção não supria essa demanda, tal como daqueles que não teriam condições de trabalhar mais. A subsistência com o tempo começou a se tornar um problema para as pessoas, ao meio que começaram a se crescer ideologias de classe e sociais.

Com a evolução da tecnologia de transporte e com a globalização lenta dos meios de comunicação, tal como o intercâmbio cultural, por meio das universidades e pensadores da época, as pessoas começaram a se movimentar. Começaram a se criar greves e protestos pedindo direitos que antes não eram conferidos as pessoas. Agora a plena subsistência não bastava mais para o cidadão comum, ele tinha noção que era uma pessoa e por isso merecia um pouco mais, merecia uma vida digna e ter a possibilidade de conseguir ter um estudo, ou condições de aprender ou se divertir no seu tempo livre.

Tinha noção que sua vida não era apenas para o trabalho, o que não acontecia em geral nas populações de outras idades da humanidade, que não detinham de intercâmbio de cultura.

No começo do Século XX, com o mundo desenvolvido já em plena industrialização e o sufrágio universal já se tornando uma ideia para todos, a economia globalizada começou a encontrar as primeiras grandes travas, o mercado financeiro, movido por especulação e criação de valor a partir do lucro absoluto, começara a falhar e mostrar grandes furos no mundo inteiro.

Com a primeira grande guerra as estruturas do mundo inteiro foram abaladas. Países foram criados e a economia mundial mudou de rumo. Agora víamos uma Europa fragmentada e destruída pela guerra, cheia de países com dívidas externas gigantescas, e os Estados Unidos da América se tornando uma das maiores potências globais, concentrando o mercado financeiro mundial e ficando longe dos conflitos da primeira guerra mundial.

Com a grande depressão de 29 o mundo passou por outro grande abalo em sua economia, o mercado financeiro viu seu primeiro grande obstáculo e grandes bolsas do mundo inteiro caíram, causando uma crise que desmontou grandes empresas e mudou a balança econômica no mundo inteiro. Países chave da Europa, como a Inglaterra e a Alemanha agora contavam com dívidas maiores do que poderiam pagar, e mais uma vez o mundo entrou em instabilidade.

A segunda guerra mundial foi marcada economicamente pela ascensão dos Estados Unidos da América como potência econômica maior do mundo e pela destruição definitiva de grandes potências mundiais, assim como a mudança dos paradigmas envolvendo o estado da pessoa e as filosofias sobre o valor da vida humana.

Após a segunda guerra foi estabelecida a declaração universal dos direitos humanos e isso alterou de uma forma profunda como os países em geral lidavam com as populações. De começo com vários obstáculos, aos poucos os países foram, assim como a chegada das ideologias de bem-estar social, a valorizar a pessoa e trazer para a

sociedade a ideia que o papel do Estado era prover o bem-estar de todos e a melhor vida para todos que ali residiam. Sobre o bem-estar, fala Mises (1949):

“Podemos tentar, só para argumentar, interpretar o conceito de bem-estar de maneira aceitável pela imensa maioria das pessoas que não sejam ascetas. Quanto mais bem-sucedidos formos nesse esforço, mais teremos que destituir a ideia de bem-estar de qualquer significado e conteúdo concretos. Acabariamos enunciando uma paráfrase da categoria ação humana, ou seja, o impulso para reduzir o desconforto tanto quanto possível. Como todos reconhecem, esse objetivo pode ser mais rapidamente alcançado, ou até mesmo exclusivamente alcançado, por meio da divisão social do trabalho, pela cooperação social entre os homens. O homem que vive em sociedade, diferentemente do homem autárquico, se vê obrigado a modificar sua indiferença biológica em relação ao bem-estar dos que não são de sua própria família. Ajusta sua conduta às exigências da cooperação social e considera o sucesso dos seus semelhantes, condição indispensável ao seu próprio sucesso. Nesse sentido, pode-se dizer que o objetivo da cooperação social é a realização do máximo de felicidade para o maior número de pessoas”

Agora, sobre o Estado de Bem-estar social, rebate Bauman (2001):

“Havia um acordo geral, no entanto, de que o Estado de bem-estar social era um mecanismo pensado para lidar com as anomalias, prevenir o afastamento das normas e tornar difusas as consequências de quebrá-las se isto ocorresse assim mesmo.”

Tal discussão econômica se tornou forte ainda mais com a divisão ideológica trazida pela divisão, na guerra fria, do mundo entre capitalista e comunista. As ideologias capitalistas se firmaram nas ideias liberais antigas, incorporando, algumas, ideias de bem-estar ou não, e trazendo a ideia de que o mercado, como um grande regulador natural, iria suprir naturalmente as necessidades humanas a partir do livre comércio. Diz sobre o lucro e o mercado:

“Dizer que a maximização de lucros é definida pelo comportamento do homem que visa em qualquer transação de mercado, a aumentar o máximo possível suas vantagens são nada mais do que estabelecer um circunlóquio pleonástico e perifrástico, pois simplesmente repete o que já está implícito na própria categoria ação. Atribuir-lhe qualquer outro significado seria expressão de uma ideia errada.” (Mises, 1949)

Bauman, no entanto, tem uma visão bem menos liberal na questão do Estado:

“O sonho de tornar a incerteza menos assustadora e a felicidade mais permanente mudando o próprio ego, e de mudar o ego trocando de vestido, é a "utopia" dos caçadores - uma versão "desregulamentada", "privatizada" e "individualizada" das antigas visões da boa sociedade, uma sociedade hospitaleira à humanidade de seus membros. ” (Bauman, 2007)

No entanto as ideologias comunistas diziam que o Estado deveria prover ao máximo. Falando que o capitalismo em seu cerne, se baseia na exploração do ser humano, e que isso deveria ser combatido de todas as formas, estas diziam que o Estado assim deveria tomar os meios de produção, liderado pelos trabalhadores, e fazer a distribuição do todo igualmente, para que todos vivessem uma vida digna e sem preocupações. Se todos produzissem apenas o bastante para sustentar a todos, poderiam diminuir as cargas horárias de trabalho e acabar com as situações precárias nos ambientes de trabalho, tornando um mundo um lugar bem melhor de se viver.

Após a queda da União Soviética e a vinda das novas ideologias, tanto liberais, tanto socialistas, o ramo econômico se estendeu multiplamente. Hoje a maior parte dos pensadores econômicos pensam de uma forma mista, trazendo fatores de manipulação mínima econômica e alguns de bem-estar, divergindo geralmente na quantidade de dinheiro investido em cada um, e no que o Estado deve ou não se encarregar. Sobre esse período diz Bauman (2007):

“A década de 1970 foi aquela em que os "30 anos gloriosos" da reconstrução do pós-guerra, do pacto social e do otimismo desenvolvimentista que acompanharam o desmantelamento do sistema colonial e a proliferação de "novas nações" estavam caindo no passado, ”

No século XXI vivemos uma nova revolução econômica, agora a revolução tecnológica. Com a automatização dos meios de informação e a evolução dos meios sociais em geral, vemos a individualização das pessoas e a possibilidade de cada uma delas se informar da forma que bem entender. O Estado, antes visto como provedor também de informação, agora perde esse papel, e a economia começa um novo ciclo.

Com a automatização e com as novas tecnologias em geral, a mão de obra manual tem se alterado, em ritmo acelerado, por automatizada, e aos poucos, todas as funções que antes precisavam de pessoas para se fazer, agora são automáticas. Vemos aos poucos também as funções de escritório e de base sendo influenciadas e o desemprego aumentando ao ritmo que os novos empregos criados não estão chegando perto dos que estão extintos.

Apesar de teoricamente, menos pessoas precisarem trabalhar para produzir para mais pessoas ser uma coisa boa, na prática capitalista isso se torna um problema gigantesco, tendo em vista que as pessoas, no nosso meio, só são consideradas economicamente ativas e pertencentes a sociedade quando começam a trabalhar e ganhar dinheiro, assim movimentando a roda social e cumprindo a sua função máxima na sociedade. Fala Bauman (2001) “A "modernidade pesada" era o tempo do compromisso entre capital e trabalho, fortificado pela mutualidade de sua dependência. Os trabalhadores dependiam de empregos para terem o sustento.”

Uma pessoa desempregada vira um gasto a mais para o Estado, que agora é obrigado a suprir suas necessidades básicas, e um problema também nos núcleos familiares em geral. E ao ponto que o desemprego começa a subir e os empregos que existem estão sendo elitizados, a desigualdade de renda começou a aumentar em um número alarmante trazendo um prejuízo cada vez maior para a sociedade para um problema ainda sem solução.

Mercado de Trabalho no Brasil: Perspectiva Histórica

Como começa Furtado “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (1958), dessa forma, o crescimento de nosso país constituiu na exploração econômica dos recursos naturais que aqui estavam, dos nativos e escravos trazidos principalmente da África. Sobre a formação do povo brasileiro, fala Ribeiro: “Surgimos da confluência, do entrechoque e do

caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos.” (1995).

Desta forma, podemos considerar que a gênese de nosso país e de nossa economia está nas relações de poder e recursos entre as populações indígenas, africanas e europeias, cada um com suas características e vigorando o domínio de força de Estado e econômico dos europeus sobre as outras duas populações.

Até o período do império brasileiro, basicamente a mão de obra brasileira era formada de escravos trabalhadores rurais, nas plantações, tal como escravos nas minas e escavações. Até a vinda da família real para nosso país, este passou por séculos de exploração extratória, intrigas políticas e econômica com os diversos países da Europa e a guerra em espaço brasileiro e no oceano.

Com a vinda da família real e a posterior independência de nosso país, o império foi formado e começou um processo de estabelecimento de poder, começando pelo aumento da população, com migrações, o aumento significativo do Estado, a vinda de empresas e bancos e a lenta industrialização, que só iria ser de fato consumada no começo do século XX.

Durante o século XIX perdurou um processo longo de abolição da escravidão que escancarou e definiu as características exclusórias do processo civilizacional brasileiro, Segundo Furtado (1958): “O fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira do último quartel do século XIX foi, sem lugar a dúvida, o aumento da importância relativa do setor assalariado.” Esse período constitui quando a abolição da escravidão está para ser instituída e as políticas antiescravagistas estavam em sua máxima.

Mesmo abolida a escravidão e adotado o trabalho assalariado como padrão, a desigualdade social ainda era visivelmente preocupante, os trabalhadores em geral recebiam salário de subsistência e as pessoas que tinham recebido a liberdade agora não tinham propriedade privada nem trabalhos disponíveis. Durante o período citado, as leis

que tratavam sobre o exercício laboral (leis de locação de serviço) tratavam de forma desigual o trabalhador nacional e os imigrantes.

Sobre a inclusão dos escravos no mercado de trabalho, constitui num problema de discussão profunda até hoje. Os que receberam a “liberdade” não conseguiram se incluir de forma integral e acabaram a se aproximar do mercado de trabalho brasileiro de forma lenta e marginalizada. Assim constituídos, os locais de trabalho no nosso país foram formados num contexto de grande desigualdade e exploração.

Com o avanço do império brasileiro, veio a crise do café, do final do século XIX, que obrigou a uma reorganização e mudança econômica em nosso país, obrigando uma série de políticas de reforço à política do café, que guiou a política de nosso país pelas próximas décadas, sobre isso fala Furtado (1958):

“O complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência até fins do terceiro decênio do século xx. A crise mundial em 1929 o encontrou, entretanto, em situação extremamente vulnerável. Vejamos a razão disso. A produção de café, em razão dos estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme, quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações.”

Após 1930, a reestruturação do Estado brasileiro, suas políticas e suas economias trás novos paradigmas para a questão, a industrialização constante de nosso país impulsiona a aprovação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) que trazem pela primeira vez uma proteção Estatal para o trabalhador a fim de diminuir a distância social entre empregador e empregado. Juntando com isso temos a crise mundial de 1929 que trouxe ideais intervencionistas, que misturadas com o nacionalismo em voga no mundo, culminaram em períodos de regimes autocráticos e instáveis politicamente em nosso país.

Nos anos 30, a economia de café não conseguiu se recuperar da crise de 29 como os outros mercados e industrias, o que juntou com as novas políticas do Estado Novo de 1937 de Getúlio Vargas e culminou numa política de investimento Estatal na Industria e

crescimento, de forma ainda modesta, da importância do setor industrial. Apesar desse movimento, a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho ainda continuou, como continua até hoje, de exportador de matéria prima, muito se discutiu sobre a real industrialização de nosso país a acontecer.

Durante o século XX, cresceu de forma gradual os ambientes urbanos, trazendo consigo as novas configurações de trabalho e rotinas de vida. A modernização da sociedade expôs de forma gritante as desigualdades, os ambientes urbanos são extremamente desiguais. Outra desigualdade que se explicitou foi a regional, enquanto ilhas de desenvolvimento industrial surgiam nas grandes cidades, as áreas de interior de nosso país continuaram na produção rural e com pouco desenvolvimento.

A segunda metade do século XX se caracterizou em nosso país economicamente por uma série de políticas que viriam a trazer empresas estrangeiras para acelerar uma industrialização tardia. Foram importados métodos e conceitos, de forma a consolidar uma “classe operária” em nosso país. Diz Baltar (2013): “As implicações desfavoráveis aos trabalhadores das mudanças observadas no capitalismo desde meados da década de 1970 são ressaltadas pelo contraste com o que se verificou nos países desenvolvidos, especialmente da Europa, ao longo dos anos 1950 e 1960...”.

O papel do nosso país na comunidade global trouxe diversas questões desfavoráveis para os trabalhadores brasileiros tendo em vista as mudanças trazidas na organização da produção pelo acirramento da competição. A partir da década de 1970, a crise econômica trouxe paradigmas novos em relação às políticas econômicas dos maiores países de nosso mundo. A política de Bem-estar acolhida nas potências após a segunda guerra mundial estava em declínio trazendo uma nova onda de pensamento liberal na questão da economia.

Nos anos 90, a estabilidade econômica trazida pelo Plano Real, com uma seguida guinada rumo a uma financeirização trouxeram novos fenômenos ao mercado de trabalho brasileiro, tais como o aumento geral dos setores de serviços, o aumento das pequenas e médias empresas e a financeirização do mercado. Sobre as reformas que aconteceram nos anos 90, fala Bresser-Pereira (2011):

“A Reforma Gerencial do Estado de 1995 ficará como um marco do esforço de reconstrução do Estado brasileiro, como uma mudança decisiva para viabilizá-lo como um Estado Social voltado para a garantia dos direitos sociais dos cidadãos, e para habilitá-lo a competir em um mundo global em que os estados nacionais se tornaram mais estratégicos do que antes, embora tenham se tornado também mais interdependentes.”

Nos primeiros anos do século XXI, antes da crise econômica de 2008, a subida nos preços das commodities e a estabilidade política trazida pelas reformas da década anterior, trouxeram a melhora generalizada no contexto sociocultural brasileiro, com um crescimento do Produto Interno Bruto, inflação controlada e desemprego caindo com a disseminação de pequenas e médias empresas por todo o país.

Após a crise econômica internacional de 2008 diversas políticas foram adotadas em nosso país, contribuindo para a estalada do desenvolvimento e crescimento econômico e a um processo de aumento generalizado de desigualdade social, caracterizado pelo desemprego em crescente histórica. Ao mesmo tempo que a instabilidade política aprofunda a crise econômica, a revolução tecnológica trazida pela internet e pelo avanço da informação empurra o mundo cada vez mais a paradigmas mais profundos no tocante a igualdade social e econômica.

A “4ª Revolução Industrial”, ou “Indústria 4.0” constitui na revolução tecnológica trazida com esse movimento, sobre isso, fala Coelho (2016):

“No início do século XXI, com o desenvolvimento da internet, sensores cada vez mais pequenos e potentes, com preços cada vez mais acessíveis, software e hardware cada vez mais sofisticado, a capacidade das máquinas aprenderem e colaborarem criando gigantescas redes de “coisas”, iniciou-se uma transformação na indústria, cujo impacto na competitividade, na sociedade e na economia será de tal forma que irá transformar o mundo tal como o conhecemos.”

Sobre a questão da mudança das características principais do mercado de trabalho no país, começa em sua introdução Noronha (2003) “Os mercados e os contratos de trabalho “informais” têm sido percebidos no Brasil como problemas econômicos e sociais”. Desde a década de 90 o emprego informal cresceu no país e se tornou característica

importante para compreendermos o mercado de trabalho atual. Em seu artigo, Noronha discorre também que o contrato informal, de uma forma conceitual, é um contrato atípico, o aumento da informalidade sugere mudança dos paradigmas do trabalho em nosso país.

É importante compreender que a informalidade demonstra uma mudança dos paradigmas econômicos. Outro aspecto importante a se considerar sobre a informalidade é seu maior impacto nas classes sociais com menos riquezas, o que pode acarretar no maior nível de desigualdade social do país, também podemos considerar a diminuição das receitas do Estado outro aspecto importante, visto que foi por meio das políticas de redistribuição de renda que nosso país conseguiu a diminuição da pobreza, além de todas as reformas do Estado começadas na metade dos anos 90.

O aumento da informalidade do emprego demonstra claramente o crescente desrespeito às normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que demonstra que as regras em vigor atualmente não demonstram amparo na realidade e precisam ser alvo de análise. Regras que não encontram na moralidade do cotidiano seu abrigo tendem a cair em desuso. Porém, outro aspecto importante é a falta de amparo estatal para se cumprir as regras nessas questões. Em seu artigo, Noronha (2003) diz que “Do ponto de vista empírico, o desafio é a construção de uma tipologia contratual capaz de retratar e explicar as diferentes razões que levam à não observância da lei.”

O artigo segue discorrendo sobre os diversos conceitos de informalidade para tentar compreender os fenômenos do aumento da informalidade do emprego no Brasil. Sobre a questão do trabalho informal, discorre Noronha (2003):

“A diversidade de razões para a CLT ser desrespeitada não pode ser restrita a nenhum fator em específico. A explicação neoclássica, aparentemente tão robusta, não consegue resolver o problema da legitimidade da lei, sobretudo daquelas cujas práticas reiteradas reproduzem a todo momento padrões contratuais do passado. E não poderia ser diferente. Novos padrões contratuais nascem inspirados nos velhos e, nesse sentido, são um excelente laboratório de criação normativa.”

A Questão LGBT

Nas últimas décadas, é crescente a preocupação mundial com as questões de Sexualidade e Gênero, as culturas no mundo inteiro tem percebido a necessidade e importância de aceitar, acolher e incluir todas as pessoas de suas populações de forma a trazer prosperidade e paz social. Após a assinatura da declaração universal dos direitos humanos em 1948, os assuntos referentes ao sufrágio, principalmente das populações consideradas minorias, se tornaram pauta internacional nas discussões acadêmicas, filosóficas e políticas.

A População LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) sofre preconceito, historicamente, de diversas formas, que se manifestam em todo o âmbito de suas vidas:

“Homofobia: consequência direta da hierarquização das sexualidades e do status superior arbitrariamente conferido à heterossexualidade, suposta como natural, em detrimento de outras manifestações e expressões das identidades e das práticas sexuais, tidas como inferiores ou mesmo anormais. A homofobia é um fenômeno que costuma produzir ou se vincular a preconceitos e mecanismos de discriminação, de estigmatização e violência contra pessoas GLBT e, mais genericamente, contra todas as pessoas (inclusive as heterossexuais) cujas expressões de masculinidade e feminilidade não se enquadrem nas normas de gênero, culturalmente estabelecidas. A homofobia, portanto, vai além do grave quadro de hostilidade e violência contra GLBT. Ela desencadeia e realimenta processos discriminatórios, representações estigmatizantes, processos de exclusão, dentre outros, voltados contra tudo aquilo que remeta, direta ou indiretamente, às práticas sexuais e identidades de gênero discordantes do padrão heterossexual e dos papéis estereotipados de gênero.”(BRASIL, 2008)

No mundo inteiro se noticiam novos paradigmas no que se trata a questão LGBT, uma vez marginalizada e deixada de lado pela sociedade, estes agora ganham espaço e poder na sociedade e na mídia. Já se normaliza a discussão do assunto em diversas esferas da sociedade, adentrando nas empresas, casas das famílias e sistemas educacionais. Diversas políticas públicas pelo mundo todo tem sido criadas para

minimizar os problemas vindos da Homofobia e discriminação desta população pelo mundo.

Tal questão acontece por diversos motivos, se destacando a facilidade com que a informação hoje em dia chega nas pessoas e à atuação constante dos grupos sociais e movimentos que atuam diariamente para diminuir as desigualdades quanto a essa população. Cada dia diversos movimentos sociais e políticos, formados por pessoas nos diversos grupos sociais e ideologias se aproximam de grupos e ideias LGBT, trazendo para si a militância e luta pelos direitos LGBT e aumentando sua capilaridade na sociedade e complexidade teórica.

Apesar dos avanços conseguidos, principalmente a partir da revolução cultural e sexual que aconteceu a partir dos anos 1960, nos Estados Unidos da América, a inclusão da população LGBT ainda é de extrema importância, tendo em vista que ainda há tratamento desigual para estes, em alguns lugares do mundo de forma institucional (como a proibição da prática em alguns países) e sociais, como a homofobia mais sutil do Brasil, por exemplo. Sobre a discriminação de uma parcela dessa população (apenas homens gays), diz estudo americano:

“This study contributes to the literature on employment discrimination in three ways: by providing direct evidence about discrimination against gay men, by examining how discrimination varies across regions, and by exploring the role of stereotypes in discrimination. I elaborate on each these contributions below. (...) The results indicate that gay men encounter significant barriers in the hiring process because, at the initial point of contact, employers more readily disqualify openly gay applicants than equally qualified heterosexual applicants.”(TILCSIK, 2014)

Tal estudo se propôs a trazer uma análise das questões de desemprego e processos de contratação dos homens Gays nos Estados Unidos, e propõe que as diferenças encontradas são potencialmente indicações empíricas da discriminação envolvendo a população LGBT nos processos de contratação, ao coletar dados de diferentes estados americanos, com características geográficas distintas, os pesquisadores acreditam ter encontrado evidências de fortes tendências discriminatórias.

Uma das características principais que podemos observar é a importância de se estabelecer estereótipos para se conseguir pesquisar de forma efetiva as realidades, o termo LGBT é um termo amplo, e cada pessoa dentro de sua individualidade e características próprias sociais acaba experimentando a discriminação e a desigualdade de forma única. Este estudo sugere uma diferença significativa entre os dados encontrados em diversas regiões diferentes dos Estados Unidos.

Uma das questões latentes quando construímos a compreensão da questão LGBT é a questão da ampla diversidade de experiência dentre as pessoas. De acordo com seu contexto cada grupo de pessoas têm seus próprios paradigmas em relação a cada indivíduo LGBT, e cada indivíduo tem suas características e história pessoal. Uma vez que é um grupo que engloba uma quantidade significativa de pessoas, a diversidade de realidades também é múltipla. Desta forma, os dados divergem, primeiramente criando uma distinção clara entre os indivíduos LGB e os indivíduos transexuais, estes estariam mais propensos a sofrerem algum tipo de discriminação nos locais de trabalho, e possivelmente, em todos os locais de convívio social.

Em relatório preparado por Sears (2011), no Williams Institute, se observou que existe documentação necessária para concluirmos a relevância da discriminação com a população LGBT nos locais de trabalho. Esse estudo também aponta para a diferença de tratamento de pessoas LGB (não transexuais) e pessoas transexuais, que apresentam maior nível de discriminação nas amostras analisadas. Esse estudo apresenta análise de diversas pesquisas sobre a percepção em diversos níveis da discriminação e das questões envolvendo o preconceito LGBT. Este estudo relata que:

“LGBT respondents were asked more specific questions about the type of discrimination they had experienced in nine non-probability studies. Results range among the studies indicating that:

- *8% to 17% were fired or denied employment on the basis of their sexual orientation;*
- *10% to 28% were denied a promotion or given negative performance evaluations;*
- *7% to 41% were verbally/physically abused or had their work space vandalized; and*
- *10% to 19% reported receiving unequal pay or benefits.*

Even higher percentages of transgender people report experiencing employment discrimination or harassment. When transgender respondents were surveyed separately in six non-probability studies conducted between 1996 and 2006, the percentage reporting employment discrimination based on gender identity ranged from 20% to 57%. Among the studies, rates of discrimination by type were within the following ranges:

- 13% to 56% were fired;
- 13% to 47% were denied employment;
- 22% to 31% were harassed; and
- 19% were denied a promotion based on their gender identity.”
(Sears, 2011)

Este estudo demonstra a materialidade da discriminação contra pessoas LGBT nos ambientes de trabalho, e também demonstra os efeitos negativos que essa discriminação traz ao empregado e como isso afeta negativamente sua vida. Outra questão importante observada é a disparidade de salários encontradas entre pessoas heteronormativas, pessoas LGB e pessoas Transsexuais. Estudo demonstra que até 60% dos indivíduos perguntados nas pesquisas analisadas dizem que estavam desempregados nos últimos anos, e até 64% ganhavam menos de 25 mil dólares por mês (Sears, 2011).

Revelou Sears (2011) que apesar das variações de metodologia, contexto e período de tempo, os estudos encontrados demonstram que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é comum nos ambientes de trabalho dos Estados Unidos, e ainda demonstra que a discriminação no local de trabalho e pelos empregadores de fato tem efeitos negativos no empregado, seja na saúde, dinheiro, oportunidades profissionais, satisfação ou produtividade.

Em estudo feito, reunindo informação sobre os últimos 25 anos de opinião pública sobre a questão LGBT, Becker (2014) discorre que:

“The results suggest that while scholars were focused on the case of marriage equality, considerable shifts in opinion were taking place with respect to other LGBT civil rights concerns like employment discrimination. While this shift has been more pronounced in recent years, a hard core group of individuals still find employment discrimination to be permissible. Combined with the political reality that a majority of U.S. states and the federal government still fail to offer protections based on sexual orientation, there may be good cause for future research to revisit opinions toward other LGBT civil rights issues in addition to marriage equality

and for advocacy organizations to return to the cause of employment non-discrimination.”

Tal fato reflete a distância que a opinião pública tem da realidade da população LGBT nas cidades americanas. Este estudo revela que a partir do século XXI, a opinião pública mudou muito rapidamente, trazendo para si paradigmas novos ao discutir a questão da diversidade de gênero ou orientação sexual, e a importância da influência religiosa e cultural quanto a essas questões tem dado lugar, aos poucos, à discussão racional e intelectual sobre o tema. Apesar da opinião pública estar de fato mudando, ainda se observa necessidade para a continuidade das movimentações globais em direção à igualdade.

A Questão de Gênero

A questão da desigualdade entre os gêneros permeia também o entendimento da realidade social das mulheres, a partir dos anos 70 do século XX (Período da revolução cultural nos Estados Unidos), a questão da maior participação da mulher na sociedade e da igualdade entre os gêneros se tornou latente nas discussões acadêmicas e sociais. Também nessa época se intensificou a participação das mulheres no processo de industrialização e urbanização (Hoffman, 2004).

Nessa década também aconteceu a reinclusão da mulher nos ambientes de trabalho, com as condições cada vez mais iguais entre os gêneros, uma coisa a se notar é que:

“Nos anos 1990, década caracterizada pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, continuou a tendência de crescente incorporação da mulher na força de trabalho. Contudo, incrementa-se, nessa última década, o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina.”
(Hoffman, 2004)

Talvez a questão que mais nos impacte quanto a questão da diferença de gênero é a discrepante distância de salário recebido entre Homens e mulheres, que seria “em 1981, o rendimento médio do trabalho da mulher equivalia a 55,7% do rendimento médio

do trabalho do homem e essa relação passou a ser de 70,6% em 2002.” (Hoffman, 2004). A diferente forma que as mulheres se adentraram no mercado de trabalho, tardiamente e com condições diminuídas, trouxeram até hoje uma distância entre as condições

Apesar da constante inclusão das mulheres em todos os âmbitos sociais, ainda observamos desigualdade em várias questões, por exemplo na baixa participação das mulheres como CEO de empresas ou em cargos eletivos, o que demonstra que ainda há bastante caminho para se percorrer para que essa matéria esteja exaurida da discussão. A luta pela igualdade e pela liberdade permeia todos os aspectos da vida humana e está intrinsecamente ligada as diversidades sociais, discriminações e preconceitos

LGBT e Brasil, uma análise econômica

A Constituição Federal Cidadã, de 1988, trouxe ao meio das políticas públicas e Estado diversas questões ligadas ao bem-estar social, e à inclusão das populações marginalizadas de modo que a diminuição da desigualdade tornou-se política de Estado. Apesar de ter entrado em vigor há mais de trinta anos, apenas na última década que a discussão do tema LGBT em nosso país foi normalizada e massificada, de forma a integrar naturalmente toda a sociedade.

Entretanto, nosso país ainda possui uma grande quantidade de valores morais antigos e desuso, muitas vezes vindos de moral religiosa, o que acaba se tornando um problema grande para o estabelecimento de uma igualdade social, o que é concretizado pelos legisladores na Constituição Federal. É grande a diversidade das pessoas e situações encontrada em um país que tem como principal objetivo a liberdade e igualdade entre as pessoas.

O crescimento dos movimentos a favor dos direitos LGBT trouxe consigo diversas medidas governamentais em forma de regulamentações e leis posteriores que mostraram

a intenção do legislador e dos gestores públicos de avançar rumo a uma sociedade mais inclusiva a população LGBT. Pesquisa feita sugere que:

“Neste contexto, as ações e programas voltados para a população LGBT ainda são muito mais descontínuos, isolados e fragmentados do que intersetoriais e integrantes de políticas de Estado. Entre as/os ativistas entrevistadas/os, recorrentemente aponta-se a falta de um aparato jurídico, de instância federal, como um dos principais entraves ao efetivo atendimento de demandas da população LGBT.” (Mello, 2013)

O estudo sugere que o país ainda carece de políticas públicas voltadas ao público LGBT, de forma que a discriminação ainda impeça a plena participação democrática e cívica desses indivíduos. “As leis que possibilitariam efetivo controle social das atribuições do Estado se chocam com a cultura política dominante, reprodutora da lógica neoliberal, do sexismo e da homofobia.” (Mello, 2013) O autor sugere que as demandas da população LGBT encontram entrave mais profundo do que a simples ineficácia do Estado ou preconceito, mas de uma estrutura social que reproduz comportamentos excludentes aos indivíduos LGBT.

O autor termina, ainda o artigo trazendo à tona a questão da necessidade urgente de se ampliar, por meio da política cotidiana, as margens da liberdade, dignidade e autonomia para todas as pessoas, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero (Mello, 2013), caberia, segundo os autores, para os movimentos sociais, ativismo de diversas frentes, movimentos e indivíduos a responsabilidade de se criar políticas públicas para o estabelecimento da ordem social em nosso país.

Em estudo feito, que mapeou documentação para analisar as políticas públicas feitas no campo do direito da população LGBT do Brasil e da Argentina, os autores notam que “No Brasil, ainda não há nenhuma legislação referente à população LGBT –apesar de o Poder Judiciário ter reconhecido o casamento entre pessoas do mesmo sexo, enquanto na Argentina encontramos três específicas.” (IRINEU, 2019). As políticas públicas brasileiras para a população LGBT seriam “bastante marginalizadas, e muitas vezes não possuem orçamento próprio, o que dificulta a sua implementação e efetivação.” (IRINEU, 2019).

É notável que o Brasil ainda possui longo caminho na questão do avanço para uma sociedade inclusiva para a população LGBT. Sendo uma das questões que trazem prejuízo a formação da pessoa, a discriminação de forma geral é grande vilã do desenvolvimento econômico desses indivíduos, demonstrando a necessidade da maior discussão sobre o tema. Sobre a questão do protagonismo Estatal na questão da resolução das questões LGBT nos governos passados, diz Mello (2012):

“A partir das reflexões acima apresentadas, não parece haver dúvida de que o BSH, a Conferência Nacional LGBT, o Plano Nacional LGBT e o PNDH-3 são manifestações do compromisso do Governo Federal com demandas históricas do movimento LGBT, ainda que seja muito restrita a possibilidade de assegurar direitos para essa população apenas por meio de iniciativas promovidas pelo Poder Executivo. Afinal, políticas públicas visam definir ações e programas capazes de gerar maior efetividade para direitos previstos em normas legais, o que ainda não acontece no caso da maior parte dos direitos sexuais no Brasil, especialmente no tocante à igualdade na esfera pública entre todas as pessoas, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero.”

Por outro lado, o próprio estudo alerta que a dinâmica política acabou por esfumar atitudes mais contundentes e amplas de se desenvolver de maneira sérias políticas públicas nessa questão, as ações desenvolvidas até a hora poderiam ser fruto de maior participação social, gerando resultados concretos mais simbólicos. Mello (2012) diz que “é fundamental que se viabilize maior interlocução entre formuladoras/es e executoras/es de ações. Sem isso, corre-se o risco de uma enorme distância entre o que se propõe executar e o que de fato é executado.” Os autores ainda deixam a preocupação com a hegemonia religiosa e os efeitos negativos que viriam a trazer na implementação das ações para a população LGBT em nosso país nos próximos anos e pontuam a importância do maior foco das ações do Estado no tema.

Outro aspecto importante discutido é sobre a população Transexual. A sociedade ocidental historicamente marginalizou esses indivíduos, o preconceito e discriminação se tornam barreiras sólidas na vida destes, o que torna necessária a maior atenção do Estado para questões relacionadas. Em nosso país a questão é vista como confusa, diz Prado (2017):

“Ser transgênero em muitas sociedades preconceituosas tal qual a brasileira é ser tratado como caso patológico, é ter o que a ciência médica determina como Transtorno de Identidade de Gênero (CID 10 F643), nascer com um determinado sexo biológico, mas não se identificar com tal.”

A realidade das pessoas Transexuais acentua a compreensão de um país desigual e cheios de preconceito:

“De acordo com a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2009, a estimativa era de que 90% das travestis e transexuais no Brasil tinham a prostituição como forma de trabalho, devido, justamente, às dificuldades que eles têm em conseguir ocupar espaço no mercado de trabalho formal e por serem historicamente marginalizados pela sociedade.” (Santos, 2018).

São cada vez mais comuns grupos, iniciativas e propostas para a discussão e a quebra de preconceitos na nossa sociedade, para assim integrar as pessoas Transexuais de uma forma mais efetiva na sociedade. A repetição dos estudos sobre o tema demonstra um constante esforço para chegar em cenário mais favorável. Apesar da urgência dos fatos, a produção científica carece na produção de material sobre indivíduos transexuais, segundo Santos (2018) “Após a finalização das buscas, foram catalogados apenas 15 artigos dos últimos 20 anos que tratam especificamente da temática, sendo somente 4 oriundos da área de administração”.

Em estudo, Santos reuniu bibliografia sobre a questão da ocupação profissional do pessoal transexual, se notaram pontos importantes na análise, como a falta de educação formal, a falta de acesso a formalidade em todos os aspectos da vida, a violência e discriminação como causas e bloqueios à vida normal desses indivíduos. Se observa também que a questão do machismo é muito importante na construção dos preconceitos referentes a não contratação, ou subcontratação dessas pessoas. Os autores verificam que:

“Sobre estes dados, é possível verificar que, em relação aos objetivos, a maioria dos estudo buscou fazer uma análise dos fatores envolvidos na relação de travestis e transexuais com o mercado de trabalho e resultaram em conclusões negativas, como a constatação de violências, restrição de direitos, dificuldades no acesso aos trabalhos formais, restrição de sua atuação no mercado sexual e em áreas de beleza e estética e uma expressiva vulnerabilidade social,

oriundo principalmente do preconceito institucionalizado.” (Santos, 2018)

A população LGBT, em especial os transexuais, sofre de diversas formas de violência na sociedade, interpessoais e profissionais, muitas vezes veladas e escondidas de forma a não conseguirmos mensurar de forma quantitativa. Desta forma, podemos observar que o mercado de trabalho ainda carrega consigo uma quantidade latente de preconceito, a ponto de significar a segregação social desses grupos de indivíduos. A falta de compreensão e de estudos torna a compreensão factual dificultada, tendo em vista que vários aspectos da discriminação são subjetivos e “invisíveis” ao crivo da ciência convencional, necessitando de uma metodologia mais especializada para poderem ser compreendidos. Outro ponto importante notado é a falta de políticas públicas que consigam abarcar de forma eficaz e sistêmica esses indivíduos. Uma vez que sua realidade difere de forma brusca dos outros indivíduos LGB, são necessários programas e políticas especializadas a tratar da situação objetiva desses indivíduos.

Considerações Finais

Por meio de revisão bibliográfica, esse trabalho busca compreender de forma assertiva a inclusão dos indivíduos LGBT no mercado de trabalho, suas questões diversas e o contexto que essa matéria está envolvida. Para se construir a contextualização necessária para podermos compreender o tema, primeiramente se discorreu sobre a construção do mercado de trabalho.

O início da dinâmica capitalista remota do período renascentista e a expansão marítima. Tal fato foi de extrema importância para a formação da sociedade moderna. Nessa época surgiram os primeiros pensamentos econômicos e sobre o Estado, ideais

liberais surgiram, trazendo a tendência da sociedade para a criação de um Estado Republicano. Com os avanços tecnológicos posteriores, veio o começo da industrialização e do trabalho assalariado, tal como a formação de Estados Republicanos no mundo Ocidental.

Com a precarização do emprego vieram grandes protestos e movimentos sociais, as ideias da seguridade social e previdência Estatal assim se expandiram, trazendo para o Estado uma característica de tutela sobre a sociedade, em busca da maior potencialidade humana e da liberdade. Uma vez que a sociedade já estava em pleno desenvolvimento, as pessoas passaram a cada vez mais trabalhar menos, tendo espaço para o desenvolvimento pessoal e acadêmico, de forma a acelerar a ciência e a tecnologia.

O século XX foi marcado pelo gigante avanço econômico e pelas mudanças de paradigmas econômicos. Após a primeira guerra mundial se começou um movimento para a estabilidade mundial e investimentos dos Estados. Com a crise econômica de 1929, os países foram forçados a adotar uma política de investimento estatal e maior interferência do Estado.

A segunda guerra mundial foi marcada pela organização política mundial de forma que perdura até hoje. Após vislumbrar os horrores da guerra os países tomaram para si a responsabilidade da paz entre as nações e de evitar tamanha calamidade de novo. Foram assinados diversos acordos de cooperação internacional com esse objetivo.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), e a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos foram pontos importantes para o entendimento liberal e sufragista. A partir daí os países rumaram numa crescente econômica e tecnológica, que viria a inflar os Estados e trazer, nos anos 1970, uma nova onda de pensamento liberal, em crítica a toda a política do bem-estar social criada com o final da segunda guerra.

Nosso país, desde sua criação, se caracteriza pela exploração extrativista e dos recursos humanos, não houve lugar no mundo que a escravidão atingisse seu ápice de forma mais incisiva. Após a instituição da República em nosso país, a sociedade mudou

de forma geral e única. O Brasil teve sua industrialização tardia e sofreu no século XX uma constante de inconstâncias políticas e sociais que aprofundaram o abismo social das desigualdades.

O século XXI trouxe consigo nova revolução nas questões do emprego, o fenômeno chamado de “4ª revolução industrial” (vindo com o acontecimento da internet e das tecnologias novas de informação) tem mudado de forma intrínseca as relações de trabalho em todo o mundo. Em nosso país, a disrupção entre legislação e realidade objetiva é trazida a tona pelo alto nível de informalidade no trabalho do brasileiro contemporâneo.

Outro aspecto importante do começo de nosso século é a crescente importância da inclusão social e econômica dos indivíduos classificados como “marginalizados” ou “discriminados”. As pessoas LGBT historicamente são discriminadas de diversas formas, cada uma destas referentes aos aspectos subjetivos de cada indivíduo. Observa-se nos últimos anos um aumento geral do número de movimentos sociais, políticas públicas e estudos sobre o tema.

Em nosso país é notável a crescente onda de discussões geradas por essa questão, os movimentos LGBT tem se diversificado de forma a trazer para toda a sociedade essas discussões. Apesar de todos os esforços que se fez nesse sentido, ainda se observa uma grande disparidade de dados quando analisados as questões do desemprego e da compreensão sobre a discriminação. Estudos revelam que em diversos pontos de análise a população LGBT de fato tem sua potencialidade econômica diminuída por estas questões. Segundo estudo por Sears (2011), por exemplo, relata que até 41% das pessoas LGBT tiveram seu espaço de trabalho vandalizado em discriminação.

Outro aspecto importante é a questão das características únicas de cada indivíduo LGBT, a amplitude da sigla incorpora pessoas de diversas realidades que necessitam de um olhar mais profundo para se conseguir compreender. A população Transexual, por exemplo, sofre de forma desproporcional todos os aspectos da discriminação. Santos (2018) por exemplo conseguiu reunir uma sequência de estudos sobre os indivíduos

transexuais e mercado de trabalho, e neles se refletem de forma brusca as questões da discriminação.

Para conseguirmos avançar rumo a uma sociedade inclusiva, precisamos compreender os fenômenos sociais e humanos que acabam separando as pessoas e criando barreiras para o avanço econômico. É notável a existência da discriminação da população LGBT, tanto na hora da contratação, tanto no salário e nas dinâmicas internas das empresas (cada um na sua realidade). Uma vez expostas essas questões, é de suma importância que se continuem estudos sobre o tema, de forma a elucidar a questão e conseguirmos fazer um esforço maior para alcançarmos a paz entre as pessoas.

Bibliografia

BALTAR, Paulo, Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil, Texto para Discussão, No. 2036, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, 2015

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, KREIN, José Dari, A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil, Cad. CRH vol.26 no.68 Salvador May/Aug. 2013

SEARS, Brad, MALLORY, Christy, Documented Evidence of Employment Discrimination and its Effects on LGBT People, The Williams Institute, July, 2011, Disponível em <<<https://escholarship.org/uc/item/03m1g5sg>>>, Acesso em 10/04/2020

TILCSIK, András, Pride and Prejudice: Employment Discrimination against Openly Gay Men in the United State, American Journal of Sociology 117, no. 2, 2011.

BECKER, Amy B., Employment Discrimination, Local School Boards, and LGBT Civil Rights: Reviewing 25 Years of Public Opinion Data, International Journal of Public Opinion Research, Volume 26, Issue 3, Autumn 2014.

MELLO, Luiz; IRINEU, Bruna Andrade; FROEMMING, Cecília Nunes; RIBEIRO, Vinícios Kabral. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n. 1, 2013, p. 132-160.

IRINEU, Bruna Andrade e OLIVEIRA, Brendhon Andrade Oliveira, UM ESTUDO SOBRE AS POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA PARA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL E NA ARGENTINA, v. 16 n. 1 (2019): Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019

MELLO, Luiz, AVELAR, Rezende Bruno, MAROJA, Daniela, Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil, Soc. estado. vol.27 no.2 Brasília May/Aug. 2012.

NORONHA, Eduardo G., ""Informal"", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil, Rev. bras. Ci. Soc. vol.18 no.53 São Paulo Oct. 2003.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, v. 14, n. 2, 1 jun. 2009.

"DEDECCA, Cláudio Salvadori, Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil, *Brazil. J. Polit. Econ.* vol.25 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2005.

VIEIRA, Francisco de Canindé Gentil e COSTA, Murilo Lima Araujo, A PARADA DO ORGULHO LGBT NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DA CIDADE E NA GERAÇÃO DE NEGÓCIO PARA A REDE HOTELEIRA PAULISTANA, *TURyDES revista de investigación em turismo y desarrollo local*, Vol 7, Nº 16, 2014.

AZEVEDO, Mauricio Sanitá *et al*, Segmentação no setor turístico: o turista LGBT de São Paulo *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, vol. 5, núm. 3, septiembrediciembre, 2012.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha, OS IMPOSTOS E OS DIREITOS HUMANOS: A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RELIGIOSA COMO POTENCIAL INCENTIVO ECONÔMICO À HOMOFOBIA, *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, v.61,n.1, 2016

BADGETT, M.V.L. et al, *The Relationship between LGBT Inclusion and Economic Development: An Analysis of Emerging Economies*, US Agency for International Development, 2014, Disponível em <<<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/37240>>>, Acesso em 10/05/2020.

BADGETT, M.V. Lee, *The Economic Cost of Stigma and the Exclusion of LGBT People: A Case Study of India*, The World Bank, Washington, Disponível em <<<http://crossasia-repository.ub.uni-heidelberg.de/3693/>>> Acesso em 20/04/2020.

"SEARS, Brad, MALLORY, Christy e HUNTER, Nan, *Economic Motives for Adopting LGBT-Related Workplace Policies*, The Williams institute, Disponível em <<<https://escholarship.org/uc/item/2nr871sf>>>, Acesso em 10/04/2020.

BADGET, M., HASENBUSH, A. and LUHUR, W., *LGBT Exclusion in Indonesia and Its Economic Effects*, Los Angeles: The Williams Institute. Disponível em

<<<https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/LGBTExclusion-in-Indonesia-and-Its-Economic-Effects-March-2017.pdf>>>, acesso em 10/04/2020

SALES, Ricardo Gonçalves de. Políticas de respeito à diversidade sexual no ambiente de trabalho: análise das percepções sobre o papel da comunicação em organizações participantes do Fórum de Empresas e Direitos LGBT. 2017. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

MENEZES, Moisés Santos, OLIVEIRA, Antonio Carlos e NASCIMENTO, Ana Paula Leite, LGBT E MERCADO DE TRABALHO: UMA TRAJETÓRIA DE PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES, ConQueer, Conferência Internacional de Estudos Queer, Abril de 2014.

SIERRA, Jamil Cabral; CESAR, Maria Rita de Assis. Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. Educ. rev., Curitiba , n. spe-1, p. 35-51, 2014 .

FURTADO, Celso. 32. ed. atual. [S. l.]: Companhia Editora Nacional, 2005.

BRASIL, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, Brasília, 1995.

RIBEIRO, Darcy, O povo Brasileiro, Edição: de Bolso, Companhia de Bolso, 2006.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de, Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho, Estud. av. vol.29 no.85 São Paulo Sept./Dec. 2015.

SOUZA, Elana Silva e GASPARETTO, Valdirene, Características e Impactos da Indústria 4.0: Percepção de Estudantes de Ciências Contábeis, XXV Congresso Brasileiro de Custos – Vitória, ES, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2018.

COELHO, Pedro Miguel Nogueira, Rumo a Indústria 4.0, FCTUC, Coimbra, 2016.

RONDAS, Lincoln de Oliveira e MACHADO, Lucília Regina de Souza, Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão, Pesquisas e Práticas Psicossociais, 10(1), São João del-Rei, janeiro/junho 2015.

SIQUEIRA, Dircon Pereira e MACHADO, Robson Aparecido, A Proteção dos Direitos Humanos LGBT e os Princípios Consagrados Contra a Discriminação Atentatória, Revista Direitos Humanos e Democracia, Editora Unijuí, ano 6 num 11, 2018.

MENEZES, Moisés Santos de, OLIVEIRA, Antônio Carlos e NASCIMENTO, Ana Paula Leite, LGBT e Mercado de Trabalho: Uma trajetória de preconceitos e discriminações, Disponível em <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conqueer/trabalhos/TRABALHO_EV106_MD1_SA7_ID186_04032018135735.pdf> Acesso em 15/11/2019.

FERREIRA, Renata Costa, O Gay no Ambiente de Trabalho: Análise dos Efeitos de ser Gay nas Organizações Contemporâneas, Universidade de Brasília, FACE, Brasília, 2007.

IGARAY, Helio Arthur e FREITAS, Maria Ester, Estratégia de Sobrevivência dos Gays no Ambiente de Trabalho, psicologia política. vol. 13. nº 26. pp. 75-92. jan. – abr. 2013.

SULIANO, Daniel et al, Orientação Sexual e Diferencial de Salários no Mercado de Trabalho Brasileiro, USP, Economia Aplicada, v. 20, n. 3, 2016, pp. 195-221

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, Reforma gerencial do Estado, teoria política e ensino da administração pública, Revista Gestão&Políticas Públicas, Artigo Especial, nº2 - 2º semestre 2011.

BRASIL, Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, Brasília, 2008.

PRADO, Anna Priscylla Lima Prado, DANGELO, Isabele Bandeira de Moraes, A inclusão no mercado de trabalho da pessoa transgenero e a "dolorosa" arte de ser normal, Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, Brasília | v. 3 | n. 1 | p. 58 – 78 | Jan/Jun. 2017.

SANTOS, Cleidimar Cardoso et al, Transgêneros no Mercado de Trabalho, 29º ENANGRAD - Estudos Organizacionais, 2018

MISES, Ludwig von. Ação Humana. 31ª ed. São Paulo. Instituto Ludwig von Mises Brasil. 1949

MISES, Ludwig von. As seis lições. 7ª ed. São Paulo. Instituto Ludwig von Mises Brasil. 1979

BORGES, Marianna Braga de Oliveira. A produção de conhecimento sobre o envelhecimento humano: Aspectos Históricos e Sociais. Brasília. Faculdade de Ciências da Saúde: FACS. 2007

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca LTDA. 2013

MISES, Ludwig von. Liberalismo segundo a tradição clássica. 2ªed. São Paulo. Instituto Ludwig von Mises Brasil. 1987

BAUMAN, Zygmunt. Tempos Líquidos. 1ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 2007

BAUMAN, Zygmunt. A sociedade Individualizada: Vidas contadas e histórias vividas. 1ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 2001

BAUMAN, Zygmunt. A arte da Vida. 1ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda. 2008